

MULHER NEGRA E EX ESCRAVA, ULTRAJADA E SUBMISSA: ANÁLISE DE UM AUTO DE DEFLORAMENTO

Ana Jaci Mendes Souza Carneiro *

Resumo: *Denunciar um estupro nos primeiros anos do século XX em uma cidade do interior da Bahia, Santo Amaro, significava um ato de coragem e, ao mesmo tempo, uma prova da situação da mulher negra. Esta, muitas vezes, submetia-se ao ato sexual na esperança de mudar a sua condição social, pois os homens faziam promessas de montar-lhe casa e dar-lhe sustento. A partir da análise de um documento pertencente ao Arquivo Público de Santo Amaro, Bahia, relativo à Seção Judiciária, Queixa de Defloração, mostrar-se-á como se davam as relações homem X mulher, principalmente quanto à exploração desta, tanto sexual quanto moral, física e psicológica.*

Palavras-chave: Mulher Negra, Defloração, Discriminação

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, apesar de se diferenciar dos demais países da América do Sul e trazer na sua formação características próprias, é inegável que divide com seus vizinhos a cultura de um país que passou pelo processo de colonização e aqui, mais que nos outros países, o comércio de escravos teve uma importância que não poderia deixar de ser salientada, principalmente pelo fato da duração do sistema escravocrata ter sido mais longo e a resistência em eliminá-lo um marco na história do país, que já tinha uma população negra bastante significativa. Moura chama a atenção para esta realidade quando afirma:

Nos outros países onde essa escravidão foi relevante – por exemplo a Colômbia e o Peru – houve, sempre, uma determinada área na qual os negros escravos eram encontrados, e, por outro lado, não chegaram, nunca, a se igualar aos brancos numericamente. A mesma coisa aconteceu nos Estados Unidos. O sistema escravista não dominou tão ampla e profundamente as relações sociais naqueles países como no Brasil, que teve organizada, estruturada, queiram ou não, uma sociedade escravista de âmbito nacional funcionando durante quase quatrocentos anos, sem modificações ponderáveis na sua estrutura e no seu ritmo de dinamismo. (MOURA - 1983,p.15)

Por conta deste histórico de escravidão, a mulher negra traz em sua história toda uma carga de sofrimento causado por uma diversidade de situações e, atualmente, apesar de já ter passado tanto tempo após a abolição da escravatura, ainda se percebe no país uma realidade semelhante àquela vivida antigamente, pois ela ainda está em último lugar na escala social, carregando consigo a desvantagem de ser negra em um sistema injusto e racista no qual as oportunidades não são apresentadas em igualdade de condições, isso porque nota-se que a mulher negra apresenta um nível de escolaridade mais baixo e poucas são as que conseguem romper esta barreira e alcançar uma ascensão social mais justa.

* Graduada pela Universidade Estadual de Feira de Santana no curso de Licenciatura em Letras com Língua Espanhola, membro do Grupo de Edição de Textos – GET (UEFS).

Para uma maior compreensão destes fatos, faz-se necessário voltar o olhar para o passado e observar todo o processo que envolve a história da mulher no Brasil como um todo, pois, é notório que esta, independente de raça e classe social, foi dominada pela ideologia da supremacia masculina e, apesar de muitos avanços verificados durante este século, subsiste à distância entre a situação ideal e a situação real da mulher.

A mulher brasileira trilhou um caminho difícil e tortuoso. Observando o processo de colonização, torna-se claro o porquê deste caminho ter sido tão árduo, aos colonizadores não interessava trazer suas famílias para o Brasil, seus interesses estavam na extração das riquezas que existiam na colônia para então retornarem para seus lares na Europa e, quando estes resolveram vir para cá, fixaram um sistema patriarcal em que as mulheres eram consideradas como meras propriedades dos homens e isto, claro, se estendeu por muitos séculos.

Diante desta realidade não se poderia esperar destes colonizadores um comportamento digno diante das mulheres negras que aqui viviam, pois como escravas, eram destituídas de qualquer valor e/ou função social, serviam apenas como “objetos” que poderiam ser usados e deixados de lado a qualquer momento.

2. QUEIXA DE DEFLORAMENTO

No início do século XX a mulher negra, apesar de livre da situação de escrava, ainda é submetida a uma condição de pobreza e marginalidade, deixando claro que um dos crimes mais cruéis cometidos pelo governo brasileiro em relação aos negros foi o de retirar destes a dignidade de cidadão. O Brasil, que por muitos anos se favoreceu com o trabalho escravo, deixa estes à mercê da sorte, vivendo à margem da sociedade.

À mulher negra sempre coube o título de sensual, seu corpo era visto como uma fonte disponível, inesgotável e perversa de prazer, tornando-se assim objeto sexual. Elas eram desejadas e ao mesmo tempo desprezadas pelos senhores, porém, esta sensualidade trouxe um saldo negativo porque as jovens negras se viam envolvidas por homens que na ânsia de desfrutar dos seus corpos, prometiam-lhes inúmeros benefícios como moradia e sustento, dando-lhes a falsa idéia de que estavam lhes oferecendo a oportunidade de ter uma vida mais digna e longe da pobreza.

Diante desta situação é surpreendente que uma jovem negra, que vivia em condições miseráveis, tivesse coragem de denunciar um homem branco por lhe ter deflorado. Nos documentos pertencentes ao Arquivo Público de Santo Amaro-Bahia existem autos que trazem à tona esta realidade.

Nestes autos constam relatos de jovens negras que admitem que mantiveram relações sexuais com os acusados, porém, para que isso ocorresse houve todo um processo de promessas por parte deste que, aproveitando-se da situação de extrema pobreza em que a jovem vivia, seduziu-lhe com falsas promessas, dizendo-lhe que se ela cedesse aos seus desejos teria uma casa além da garantia do sustento, o que certamente era fator fundamental para que ela aceitasse aos seus assédios.

Depois de terem sido seduzidas e defloradas, eram deixadas de lado, fato que jogava por terra a ilusão de uma mudança de vida e impulsionava as jovens negras a prestarem queixas, que eram registradas em Autos de Defloramento para uma possível investigação por parte da justiça.

No início do século XX os padrões sociais de comportamento exigidos ao homem branco frente a uma jovem negra não estavam definidos, o que deixava espaço para aqueles que se aproveitavam desta falta de parâmetros jurídicos para cometer atos de violência sexual contra estas mulheres, sem que nada lhes ocorresse como punição. Nesta época, a mulher que entrasse com um processo contra um cidadão acusando-o de abuso sexual teria, antes de tudo, de provar que era honesta e digna. E para comprovar que houve sedução, engano e fraude, o que definiriam a culpa do réu, teria então que articular um discurso convincente sobre sua honestidade, teria que

se esmerar nas suas declarações a respeito de sua vida moral se desejasse ter algum ganho perante à justiça. Segundo Esteves:

Vale ressaltar que, nos crimes de amor, as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, o centro de análise dos julgamentos. Os juristas avaliavam se mereciam e justificavam a ocorrência de uma agressão. A transformação da ofendida em possível culpada correspondia à posição da mulher como principal alvo da política sexual...(ESTEVES – 1989,p.41)

Todo este processo torna bastante claro o fato de que à mulher negra cabia a difícil missão de provar sua inocência e, automaticamente, a culpa daquele que a seduziu, o que com certeza não era nada fácil, visto que numa sociedade com características patriarcais, o valor atribuído ao homem – principalmente homem branco – era imensamente maior ao aquele dado à mulher e, no que diz respeito a uma jovem negra, as chances de conseguir êxito neste intento eram quase nulas.

Além de todos estes fatores ainda existia um de suma importância, pois as mulheres, independente de raça e classe social, não eram educadas para sentirem-se no direito de exigir da justiça reparação por atos cometidos pelos homens, ao contrário, eram educadas para serem submissas a eles, e no caso da criança negra, esta era preparada para cumprir um papel que lhe parece predestinado: ocupar os lugares e as funções mais inferiores na vida nacional, e estes estereótipos justificaram e perpetuaram a discriminação institucional contra a mulher negra, que se sentia sem apoio e esquecida pela justiça, que na maioria das vezes não lhe dava ouvidos, declarando como improcedentes as queixas e pedidos de reparação.

Justamente por estar impossibilitada de provar suas acusações, muitas vezes as vítimas passavam a ser vistas como réus e aquela que se sentia ofendida passava a ser olhada com desconfiança, e suas declarações, que inicialmente poderiam lhe trazer algum resultado positivo, começavam a ser analisadas com suspeita e desconfiança, causando a estas jovens mais constrangimentos, além do fato de já se sentirem humilhadas durante todo este processo.

Crimes como estes, se ocorressem contra uma jovem branca, certamente seriam vistos de forma diferente e, se esta jovem pertencesse a alguma família de posses, com certeza o desfecho seria totalmente diferente. Naquela época, seus pais as afastavam do meio em que viviam colocando-as em conventos e, caso houvesse uma gravidez, elas tinham seus filhos longe e estes eram adotados pelos avós para, desta forma, não colocar dúvidas a respeito da conduta destas mulheres, ao contrário do que ocorria com as negras, o que deixa bastante claro as questões raciais existentes no Brasil desde os primórdios, um país marcado por uma sociedade de classes, cheia de contradições e conflitos.

Contudo, a realidade vivida por estas jovens negras era totalmente diferente e suas queixas não eram ouvidas, na maioria das vezes os processos duravam anos e, quando o juiz tomava uma decisão, nunca era favorável a elas, levando-as a uma situação igual ou pior que aquela em que se encontravam no início do processo. Isso significava para estas mulheres um alto grau de humilhação, o que deixava marcas profundas em seu interior, fazendo-as sentirem-se como seres sem nenhuma importância para a sociedade brasileira, que não lhes apoiava, tirando-lhes qualquer esperança de conquistar uma vida digna, levando-as a buscar a solução para seus problemas através da prostituição.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de estudos feitos em documentos antigos, percebe-se que o conhecimento das condições que caracterizam a história da mulher negra é marcado pela discriminação, algo injusto e ilícito, visto que esta é resultado de uma conduta que está intimamente ligada à

história do Brasil. Estas mulheres foram submetidas a uma vida de pobreza e marginalidade, reforçando assim o preconceito e a condição de inferioridade delas.

É importante ressaltar que a opressão sobre as mulheres no Brasil existiu desde os tempos coloniais e atingiu as mulheres de todas as classes, idades e raças – com um enfoque maior na negra, devido à sua condição de escrava –, o que contribuiu para tornar o homem um ser desumano. Porém, com o decorrer dos séculos este quadro foi se modificando aos poucos, e as conquistas obtidas a partir de meados do século XX lentamente conseguem abalar a opinião das elites, as classes dominantes e vêm ganhando a sociedade como um todo.

Após a revolução industrial, com a nova configuração econômica da sociedade mediante o produto manufaturado e a emergência do fenômeno do inchamento urbano, a mulher assumiu um novo papel neste contexto, e durante cerca de 150 anos foi convencida pelo slogan de que ela era a rainha do lar. Porém, a luta ainda não foi encerrada e as mulheres, principalmente as negras, ainda sofrem com discriminações, o que prova ser esta a principal consequência social como resultado da estrutura estabelecida no país desde a colonização.

Os documentos estudados para a produção deste artigo são ricos em informações, através deles é possível obter um maior conhecimento acerca de nossa história, assim como a trajetória da mulher negra no decorrer dos séculos. Todo documento histórico traz um leque de possibilidades de estudos que podem servir às mais diversas áreas. Um pesquisador encontra nestes documentos um terreno fértil de investigação a depender da vertente que mais lhe convier, assim como um estudante de Letras tem também a oportunidade de fazer um trabalho de análise do discurso, já que estes documentos trazem em seu teor informações riquíssimas, além de poder partir para uma análise do vocabulário, da sintaxe, do contexto sócio-cultural, da política, do direito, dentre outras.

4. REFERÊNCIAS

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo. Ática, 1978.

LEAL, Ana Cláudia da S; ASCHEROFF, Ana Paula L.L.Rosa; SAMPAIO, Carlos (org). **Crime contra os costumes**. Rio de Janeiro: ADCOAS, 1999.

MOURA, Clóvis. **Brasil: Raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983

BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e negro: um olhar sobre São Paulo**. São Paulo: Educ, 1998.

SILVA, Maria Nilza da. **Mulheres negras: o preço de uma trajetória de sucesso**. PUC/SP, Dissertação de Mestrado, 1999.

BAMPI, Maria Alice Moreira. Poder, opressão e dependência na construção da subjetividade feminina. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2001.

Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/mulher01.htm>>. Acesso em: 13/07/2006.